

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental em Apelação Cível nº: 0310930-2

Agravante: BV Financeira S.A.

Agravado: Hermes Pinheiro Neto

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Acórdão

EMENTA: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FUNGIBILIDADE. CONVERSÃO EM AGRAVO LEGAL. DECISÃO TERMINATIVA NOS TERMOS DO §1º-A DO ART. 557, DO CPC. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. TARIFA DE SERVIÇOS DE TERCEIROS E DE REGISTRO DE CONTRATO. IMPOSSIBILIDADE. TARIFA DE CADASTRO. COBRANÇA CONDICIONADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DOS FATOS EXTINTIVOS DO DIREITO DO AUTOR. ART. 333, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO RECORRIDA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE PROCESSUAL. MERA REPETIÇÃO DOS FUNDAMENTOS JÁ APRESENTADOS. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

1. O fato da decisão agravada ter se referido ao desbloqueio da conta, quando esta se encontrava ativa, não altera em nada o teor do julgado, na medida em que a lide versa sobre a indisponibilidade do saldo contábil da conta bancária do agravado em função do bloqueio do seu cartão, privando-o indevidamente dos recursos dos quais depende para sobreviver.
2. A cobrança da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações" depende da demonstração de que sua incidência ocorre somente uma vez, no início do relacionamento contratual entre o consumidor e a instituição financeira, cuja prova cabe à instituição financeira.
3. À parte incumbe manifestar a sua irrisignação com dialética suficiente para evidenciar eventual desacerto do pronunciamento atacado, sob pena de, não o fazendo, ter o seu recurso fadado ao insucesso. Aplicação do princípio da dialeticidade processual.
4. Inexistência de fatos novos, ou diversos, neste agravo legal, tendentes a provocar mudança no juízo original a ponto de reconsiderar a decisão recorrida. Manutenção, por seus próprios fundamentos, da decisão monocrática que negou seguimento ao Recurso de Apelação interposto pela agravante.
5. Recurso de Agravo ao qual se **NEGA PROVIMENTO**. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Agravo Regimental em Apelação Cível nº 310930-2**, em que figuram como agravante **BV Financeira S.A.** e, como agravado, **Hermes Pinheiro Neto**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Agravo Regimental interposto, conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de *abril* de 201 .

Eurico de Barros Correia Filho
Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental em Apelação Cível nº: 0310930-2

Agravante: BV Financeira S.A.

Agravado: Hermes Pinheiro Neto

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

O agravante se insurge contra a decisão terminativa monocrática de fls. 94/96 dos autos, que, com fulcro no §1º-A do art. 557 do Código de Processo Civil deu provimento ao recurso de apelação interposto por **Hermes Pinheiro Neto**, ora agravado, e **julgou procedente** a Ação Declaratória de Nulidade Contratual c/c Repetição de Indébito nº 0001749-48.2012.8.17.0110 movida contra o agravante, considerando ilícita a cobrança dos encargos contratuais denominados "Serviços de Terceiros", "Tarifa de Cadastro" e "Registro de Contrato" pactuadas entre as partes.

Em suas razões recursais (fls. 99/104), o agravante pugnou pela reforma da decisão recorrida, sob o argumento de que, em suma, não haveria qualquer nulidade, abusividade nem onerosidade excessiva na cobrança das tarifas bancárias previstas na Cédula de Crédito Bancário nº 800064149/540165770 (fls. 10/11), a qual foi livremente contratada pelas partes. Ao final pugnou pela improcedência do pedido de repetição de indébito, tendo em vista a legitimidade das referidas cobranças.

Não estando convencido da reforma da decisão agravada, submeto este recurso de agravo à apreciação da Câmara.

É o relatório.

Requiro de  de 2014.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental em Apelação Cível nº: 0310930-2

Agravante: BV Financeira S.A.

Agravado: Hermes Pinheiro Neto

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

Voto

De preâmbulo, tendo em vista que o objeto do recurso consiste em decisão terminativa proferida em sede de recurso de apelação, com fulcro no art. 557, *caput*, do Código de Processo Civil, e que o recurso se fundamenta no §1º do mesmo dispositivo legal, utilizo o princípio da fungibilidade sumulado por esta Egrégia Corte, para **converter o presente Agravo Regimental em Recurso de Agravo**, conforme estabelece o verbete da Súmula nº 42 do STJ: "São fungíveis os agravos regimentais e legal."

Sendo assim, presentes os requisitos de admissibilidade, passo ao exame do mérito do recurso.

Apreciando objetivamente este recurso, até porque a controvérsia é de fácil deslinde, registro que ao proferir a decisão terminativa monocrática agravada, dei provimento à pretensão do presente Recurso de Apelação interposto por **Hermes Pinheiro Neto**, ora agravado, com fulcro no §1º-A do art. 557 do Código de Processo Civil, por entender que a sentença recorrida está em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, na medida em que este Tribunal definiu, em sede de recurso repetitivo, notadamente no julgamento do REsp nº 1251331/RS e REsp nº 1255573/RS que os encargos financeiros contratuais contra os quais o recorrente se insurge **somente podem ser admitidos se o contratante for pessoa física e, ainda, se contrato impugnado tiver sido celebrado antes do dia 30.04.2008**, quando entrou em vigor a Resolução nº 3.518/2007 do Conselho Monetário Nacional - CMN.

No caso dos autos, porém, o contrato impugnado (fls. 10/11) foi celebrado em **29 de dezembro de 2008**, quando, portanto, a Resolução nº 3.518/2007 do Banco Central já estava em vigor, sendo certo que nela não foi prevista a cobrança dos encargos "Serviços de Terceiros" e "Registro de Contrato", os quais claramente são indevidos no caso dos autos.

Quanto à "Tarifa de Cadastro", na decisão recorrida também tive a oportunidade de destacar que a cobrança de tal encargo é admitida sob certas condições, a saber, **desde que seja cobrada apenas uma vez, no começo do relacionamento contratual entre as partes**, cabendo, contudo, ao banco apelado, ora agravante, demonstrar essa condição sob pena da sua respectiva cobrança ser reconhecido como indevida. Assim pronunciei, literalmente:

"Observo, por oportuno, que a cobrança da tarifa de cadastro **só seria admissível caso o banco comprovasse** que o mutuário não possuía vínculo contratual com a instituição financeira concedente do crédito, tendo em vista a inversão do ônus probatório previsto no art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, o que, por sua vez, não ocorreu nos autos." (fl. 96) - [Destaquei]

Acerca da possibilidade e das condições para a cobrança da Tarifa de Cadastro, reputo conveniente transcrever outras partes das mesmas decisões (REsp nº 1251331/RS e REsp nº 1255573/RS), porque paradigmáticas, as quais são imprescindíveis para a elucidação da presente discussão:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. DIVERGÊNCIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. RECURSOS REPETITIVOS. CPC, ART. 543-C. TARIFAS ADMINISTRATIVAS PARA ABERTURA DE CRÉDITO (TAC), E EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. MÚTUA ACESSÓRIA PARA PAGAMENTO PARCELADO DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS (IOF). POSSIBILIDADE. (...) 7. **Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente"** (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). 8. É lícito aos contratantes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 9. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto. - 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. **Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.** - 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 10. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 1251331/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013) - [Destaquei]

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. (...) 8. **Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao início de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente"** (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). (...) 10. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto. - 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. **Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.** - (...) 11. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (REsp 1255573/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013) - [Destaquei]

Conforme se depreende dos referidos julgados, os quais já foram oportunamente transcritos na decisão recorrida, a cobrança de Tarifa de cadastro é legítima, **porém condicionada à demonstração de que somente fora cobrada uma vez, e apenas no começo do relacionamento contratual entre o consumidor e a instituição financeira**, ressalvado, ainda, a possibilidade da sua revisão por excesso de onerosidade (art. 6º, inciso V, do Código de Defesa do Consumidor), pois do contrário esse encargo também é indevido, como no caso dos autos.

A comprovação dessas condições, porém, constituem ônus probatório do réu, ora agravante, nos termos do art. 333, inciso II, do Código de Processo Civil, por se tratar de fato extintivo do direito do autor, conforme têm decidido nossos Tribunais Superiores, a exemplo do seguinte julgados:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 333, I, DO CPC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. ELEMENTOS FORMADORES DA CONVICÇÃO DO MAGISTRADO A QUO. REVISÃO. ENUNCIADO Nº 7/STJ. 1. Conforme dispõe o art. 333, I e II, do Código de Processo Civil, compete ao autor fazer prova constitutiva de seu direito; e ao réu, **prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor.** (...) 3. Os argumentos apresentados pelo recorrente buscam, exclusivamente, a inversão do ônus da prova pela Corte regional, que, diante do caso concreto, tem a faculdade de determiná-la ou não. A alteração desse entendimento, a fim de acolher a pretensão do recorrente de rever os elementos formadores da convicção do magistrado a quo, é tarefa inviável de ser realizada nesta Corte, por óbice da Súmula nº 7 do STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 60.594/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, QUINTA TURMA, julgado em 19/04/2012, DJe 13/06/2012) - [Destaquei]

Compulsando os presentes autos, constato que as razões apresentadas pelos recorrentes em nada acrescentaram àquelas constantes da petição de contrarrazões ao apelo do agravado (fls. 74/83), no sentido de defender a legalidade das cobranças. Com efeito, alega o agravante:

Excelências, em recente decisão proferida em 28/08/2013, o Superior Tribunal de Justiça, pôs fim a polêmica acerca dos referidos encargos, isto é, determina a sua legalidade, pois **estão todos em conformidade com as normas padronizadoras expedidas pela autoridade monetária...** fl. 100 - [Destaquei]

O agravante fundamenta a sua pretensão recursal nos mesmos precedentes da decisão recorrida, sem, contudo, demonstrar as condições necessárias para a cobrança válida da "Tarifa de Cadastro" e, por outro lado, adotando uma interpretação extensiva e inadequada dessas decisões para tentar legitimar a cobrança dos dois outros encargos impugnados, a saber, as tarifas de "Serviços de Terceiros" e "Registro de Contrato", os quais não foram albergados pelo entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, voto por **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de agravo interposto por **BV Financeira S.A.**, para manter intacta a decisão terminativa recorrida que deu provimento ao Recurso de Apelação interposto por **Hermes Pinheiro Neto**.

É como voto.

Recife, 11 de outubro de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator

fwsd